e elaboração dos respectivos instrumentos contratuais, observada a vigência do Convênio nº 003/2014; suspensão de eventual prestação de serviços pelos referidos contratados; e abertura de processo administrativo visando à apuração de eventual serviço prestado após o término dos contratos e ulteriores atos da espécie, devendo os autos serem instruídos com cópias na íntegra deste feito.

À DIGES e à DIPES para as providências pertinentes.

Publique-se. Cumpra-se.

Rio Branco-Acre, 1 de abril de 2015.

Desembargadora **Cezarinete Angelim**
Presidente

Classe: Processo Administrativo n. 0100357-62.2015.8.01.0000

Órgão: Presidência

Relator: Desembargadora Cezarinete Angelim

Requerente:: Zenice Mota Cardozo

Objeto: Mudança de residência

DECISÃO

[...]

Posto isso, é forçoso concluir que a magistrada em tela faz jus ao benefício pleiteado, nos termos do comando inserto no art. 70, inciso III e § 3º, da Lei Complementar Estadual n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, razão pela qual, hei por bem, deferir-lo, condicionando, porém, o seu efetivo pagamento à existência de prévia disponibilidade financeira.

À Diretoria de Gestão de Pessoas – DIPES/MAG, para adoção das providências cabíveis.

Ultimado o pagamento, arquivem-se os autos com a devida baixa e demais anotações de estilo.

Dê-se ciência a requerente.

Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco/AC, 30 de março de 2015

Desembargadora **Cezarinete Angelim**
Presidente

Referência: Processo Administrativo nº 0101784-31.2014.8.01.0000

Pregão Eletrônico SRP Nº 19/2014

Objeto: Formação de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos arquitetônicos e complementares para construção e reforma dos edifícios do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Requerente: Diretoria de Logística

Requerido: Tribunal de Justiça do Estado do Acre

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após as sessões públicas relativas ao PP SRP Nº 19/2014, de acordo com as Atas de Realização juntadas ao processo licitatório, a Pregoeira do Tribunal de Justiça do Estado do Acre declarou vencedores do certame, pelo critério de menor preço por item e grupo, os seguintes fornecedores, com seus respectivos valores globais:

LOGUS ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 0101784-31.2014, com valor global de R\$ 1.077.850,00 (um milhão setenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais), para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6;

G. P. M. ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 07.623.936/0001-18, com valor global de R\$ 1.725.500,00 (um milhão setecentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais) para os grupos 1 e 2, sendo R\$ 1.107.500,00 (um milhão cento e sete mil e quinhentos reais) para o grupo 1 e R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais) para o grupo 2.

Isso posto, considerando o que consta dos autos, acolho o Parecer ASJUR nº 89/2015 e HOMOLOGO a decisão apresentada.

Após o registro em Ata, fica autorizada a contratação destinada a atender a demanda deste Poder, conforme a conveniência e necessidade, mediante procedimentos deliberados pela Diretoria de Logística, observando a utilização racional e as formas de controle dos recursos financeiros disponíveis.

Publique-se.

Rio Branco/AC, 1 de abril de 2015.

Desembargadora **Cezarinete Angelim**
Presidente

ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO

PORTARIA nº 03, 1º DE ABRIL DE 2015.

O Desembargador **Samoel Evangelista**, Diretor da Escola do Poder Judiciário - ESJUD, Órgão Oficial do Tribunal de Justiça, no uso de suas atribuições legais.

Tendo em vista a necessidade de promover a continuidade das atividades da Escola do Poder Judiciário, no biênio 2015/2017, conforme as diretrizes da Resolução n. 3, de 4 de dezembro de 2013, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, que dispõe sobre cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

RESOLVE:

Tornar sem efeito a portaria de n. 2, de 16 de março de 2015 para redesignar como titulares os Desembargadores Regina Ferrari, Roberto Barros, Laudivon Nogueira, os Juizes de Direito Anastácio Lima de Menezes Filho, Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira, Giordane de Souza Dourado, Mirla Regina da Silva Cutrim e o servidor Alexandre Bomfim Nunes para constituírem o Conselho Consultivo da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no biênio 2015/2017.

Publique-se, promovendo-se, no que couber, as merecidas anotações.

Rio Branco, 1º de abril de 2015.

Des. **Samoel Evangelista**
Diretor da ESJUD

PORTARIA nº 4, 1º DE ABRIL DE 2015.

O Desembargador **Samoel Evangelista**, Diretor da Escola do Poder Judiciário - ESJUD, Órgão Oficial do Tribunal de Justiça, no uso de suas atribuições legais.

Tendo em vista a necessidade de subsidiar a Gerência de Planejamento e Execução do Ensino - GEPEE na elaboração dos planos de cursos para credenciamento na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, conforme Instrução Normativa n. 08, de 16 de março de 2015, que disciplina o credenciamento dos cursos oficiais ofertados por esta Escola.

RESOLVE:

Designar como Coordenadores de Área os magistrados Anastácio Lima de Menezes Filho, Coordenador da área de Código de Processo Civil, e Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira, Coordenador de Código de Processo Penal, com as seguintes atribuições:

1. Diagnosticar e analisar as necessidades da ação educacional para elaboração da justificativa do plano de curso;
2. Estabelecer o resultado a ser alcançado e qual a contribuição do curso no exercício da prática jurídica do magistrado;
3. Indicar as competências profissionais a serem desenvolvidas nos magistrados;
4. Estabelecer o conteúdo programático do curso, temas, subtemas e carga horária para cada subtema;
5. Propor o docente e síntese do currículo;
6. Coordenar a execução da ação educacional.

Publique-se, promovendo-se, no que couber, as merecidas anotações.

Rio Branco, 1º de abril de 2015.

Des. **Samoel Evangelista**
Diretor da ESJUD

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Classe: Processo Administrativo nº 0100476-23.2015.8.01.0000

Fôro de Origem: Rio Branco

Relator(a): **Diretora de Gestão de Pessoas**

Requerente : Antonio Augusto Pereira de Lima

Requerido : Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Assunto: Gratificação de Capacitação

DECISÃO

Trata-se do requerimento apresentado pelo servidor **Antonio Augusto Pereira de Lima** visando perceber Adicional de Especialização nos moldes do art. 18 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 258/2013. Para tanto, apresen-